

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC JOÃO BATISTA BARBOSA

A INDÚSTRIA DE DEFESA NO BRASIL E O ESTADO EM REDE:
reflexões por autonomia e autodeterminação rumo à Mobilização Nacional

Rio de Janeiro

2011

CC JOÃO BATISTA BARBOSA

A INDÚSTRIA DE DEFESA NO BRASIL E O ESTADO EM REDE:

reflexões por autonomia e autodeterminação rumo à Mobilização Nacional

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Cláudio Rogério de Andrade Flôr

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2011

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, desejo agradecer ao meu Santo Guerreiro Expedito, por seu socorro às minhas humildes causas urgentes, aliviando minha dor e aflição, ajudando-me, dando-me força, coragem e serenidade na superação das horas difíceis. Muito obrigado por atender aos meus pedidos, protegendo a mim e a minha família, devolvendo-nos a paz e a tranquilidade. Serei-lhe grato por toda vida.

Agradeço também a Deus pela forma com que sempre tem me agraciado com sua benevolência em proporcionar-me a dádiva da vida e nela, todas as minhas realizações profissionais e pessoais. Desejo também agradecer à minha mãe por todo o sacrifício que fez, em detrimento de seus sonhos, proporcionando a este filho a possibilidade de sonhar; às minhas irmãs pela força, apoio e torcida por este caçula.

À minha família, agradeço e peço desculpas pelas horas de ausência desse marido e pai. Sou enormemente grato pelo suporte familiar de minha esposa Cristina e minha pequena Isabella que, em infinita compreensão e paciência, deram o apoio irrestrito para o cumprimento das tarefas profissionais ao longo de minha carreira e, neste ano de 2011, as curriculares no Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores. Saibam que procurarei recompensá-las a cada dia, sabedor que esta é uma dívida infinita. Vocês são as donas de todo o meu amor, carinho, afeto e dedicação.

RESUMO

Diversos documentos estratégicos publicados recentemente, juntamente com a Estratégia Nacional de Defesa, emprestam novo vigor à Indústria de Defesa Nacional e sua Base Industrial de Defesa, coadunando-as com a busca pela elevação da capacidade dissuasória do Estado brasileiro. Para tal, sua demanda por autonomia pode ser alavancada por diversos meios, dentre parcerias internacionais e contratos de offset, regulando transferência de tecnologia, bem como desenvolvimento nacional próprio. Nas últimas décadas tem se difundido em meio à sociedade acadêmica e empresarial uma postura pró-ativa ao setor de Defesa, germinando no seio da sociedade um novo sentimento de nacionalidade. A consolidação de ideais sociais e econômicos balizou sustentabilidade às aspirações nacionais por um posicionamento superior no cenário mundial. Os novos arranjos internacionais, frutos da globalização e dos fluxos de informação, transformaram as relações entre os Estados. Ao tecer uma densa rede informacional contínua, a era da globalização e da informação gerou aumento da competitividade e produtividade, fundamentados no poder do conhecimento, reorientando em direção à uma sociedade em rede e ao Estado em rede. Nesse contexto, o estabelecimento de parcerias internacionais carrega oportunidades e ameaças, como o apoio às pretensões brasileiras no cenário mundial e a desnacionalização do capital nacional, respectivamente. Neste sentido, o investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Informação, bem como no reaparelhamento das Forças Armadas não deve ser contingenciado para que se permita agregar valor à visão estratégica brasileira em fortalecimento a sua soberania e autodeterminação. Dessa forma será possível capacitar o Estado em rede à plena conjugação de seu Poder Nacional, moldando sua face dissuasória, baseada na reestruturação, reaparelhamento das Forças Armadas e num planejamento articulado do preparo da Mobilização Nacional.

Palavras-chave: Base Industrial de Defesa; Estado em Rede; Estratégia Nacional de Defesa; Mobilização Nacional; Parcerias Internacionais; Sociedade em Rede.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	INDÚSTRIA DE DEFESA NACIONAL	7
2.1	Um breve salto no tempo	8
2.2	O presente	10
3	DEFESA E AUTODETERMINAÇÃO DO ESTADO EM REDE.....	14
3.1	A busca pela autonomia numa sociedade em rede	16
3.2	A busca pelo posicionamento internacional numa sociedade em rede.....	22
3.3	Interlúdio: Uma ameaça na rede	27
4	MOBILIZAÇÃO NACIONAL PELA INDÚSTRIA DE DEFESA	31
4.1	Mobilização e Interesses Nacionais	31
4.2	O Planejamento da Mobilização	33
4.3	A Indústria de Defesa como Protagonista da Mobilização.....	35
5	CONCLUSÃO	37
	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Em 2008 a Indústria de Defesa Nacional (IDN) pôde celebrar 200 anos, juntamente com o aniversário da chegada de D. João VI (1767-1826) e a Família Real ao Brasil. Porém, tal celebração relembra que, durante as últimas décadas, a IDN foi negligenciada e seu papel relegado a um plano secundário, sobressaindo a imagem do brasileiro como um povo pacífico, que não pensa em conflitos armados, sendo a Guerra do Paraguai (1864 – 1870) seu último grande embate internacional de envolvimento direto.

Desse modo, a elevada capacidade tecnológica, pela qual a IDN foi reconhecida mundialmente na década de 1980, caiu no ostracismo de uma sociedade que se desinteressou pelo tema. Acreditando que as riquezas dormentes em “berço esplêndido” jamais seriam cobiçadas, julgou-se que as Forças Armadas perderam seu foco e não mais seriam necessárias no contexto internacional, sendo seu papel questionado e seus recursos orçamentários reduzidos ano após ano, num ciclo de sucateamento injustificável.

Mudanças no cenário internacional derrubaram o muro de Berlim, juntamente com o comunismo; o fim da Guerra Fria (1989) entrelaçou novos cenários no horizonte; antigos aliados tornaram-se inimigos e por vezes difusos; novas tecnologias irromperam e com elas a certeza de que, além da Amazônia Verde, as riquezas brasileiras eram ainda maiores do que jamais se havia imaginado sob o Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental, últimas fronteiras do Brasil, chamadas de Amazônia Azul. Assim, ressurgiu um sentimento de valorização nacional, bem como iniciativas procurando transformar o Brasil em ator protagonista no palco internacional. A busca por um posicionamento firme e decisivo frente à nova ordem mundial abasteceu a certeza de que somente investimentos em capacitação nacional poderão alavancar o Brasil a um patamar compatível com sua grandeza e influência. Internamente, Políticas de Estado passaram a substituir as Políticas de Governo.

Neste sentido, após a criação do Ministério da Defesa (MD) em 1999, viu-se:

- A divulgação da Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID) em 2005;
- A divulgação da Política de Defesa Nacional (PDN) em 2005;
- A divulgação da Estratégia Nacional de Defesa (END) em 2008; e
- A criação do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB) em 2007 e sua

Regulamentação em 2008.

Tais iniciativas e seus respectivos documentos estratégicos, ocorrem em momento propício na busca brasileira em assumir a liderança sul-americana nos próximos anos, onde o desenvolvimento da IDN possibilitará a capacitação da Mobilização Nacional; ao gerar conhecimento e tecnologia, proverá respaldo internacional ao Brasil, frente a uma sociedade em rede que transforma o espaço pelo contínuo aumento exponencial da informação.

Assim, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, apresenta-se como propósito analisar a relação entre a IDN, contextualizada no novo cenário de sociedade em rede, e a Mobilização Nacional, identificando oportunidades e ameaças junto a parcerias internacionais, objetivando a alavancagem de um futuro promissor no cenário mundial.

Sua relevância reveste-se de importância ao analisar-se a influência da sociedade em rede e suas potencializadoras ameaças ao mercado nacional, reconhecendo os riscos e as oportunidades de novas parcerias internacionais surgentes, que emprestam demasiado valor à soberania do Estado, que no mundo globalizado transmuta-se em Estado em rede.

Apresenta-se, no desenvolvimento desse texto, uma contextualização da IDN, um breve histórico e seus valores no presente. Segue-se uma argumentação sobre a defesa da soberania e a autodeterminação do Estado no âmbito da sociedade em rede e quais ameaças rondam um futuro promissor e demandam atenção. Por fim, apresenta-se uma análise da importância da IDN para a Mobilização Nacional, onde se examinam os interesses nacionais e ressalta-se a importância do planejamento da Mobilização.

2 INDÚSTRIA DE DEFESA NACIONAL

A Base Industrial de Defesa (BID) é formada por um gigantesco conglomerado de organizações empresariais civis e militares, fundamentados em um amplo comprometimento com a Soberania Nacional, participante das atividades de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos de defesa. Conforme citado por Gambôa (2009), juntamente com as Forças Armadas e as instituições Acadêmicas de Ciência e Tecnologia (C&T), a BID compõe e integra o Sistema de Defesa do Brasil. Com finalidade de fortalecer as empresas, acumular conhecimento e experiência, obtendo apoio técnico e financeiro, a BID formou a Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE), cuja missão é:

Congregar, representar e defender os interesses das empresas associadas, contribuindo na formação de políticas públicas para o setor de Defesa, e para a criação e manutenção de uma Base Industrial, Logística, Científica, Tecnológica & Inovação forte e saudável, voltadas para a Defesa, em consonância com os objetivos de soberania nacional e da Constituição Brasileira (GAMBÔA, 2009).

Grande defensora dos interesses das Indústrias de Defesa, a ABIMDE, com sede em São Paulo-SP, contribui para a formulação de políticas públicas para o setor. Dellagnezze (2008) destaca, com grande relevância dentre as 300 empresas associadas à ABIMDE, as seguintes:

- Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL): Empresa Pública Federal criada nos moldes do Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967, por intermédio da Lei nº 6.227, de 14/07/1975 e vinculada ao MD pelo Comando do Exército;

- Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER): Inicialmente, empresa de capital misto, fundada em 19/08/1969 pelo Decreto-Lei nº 770 e privatizada em 07/12/1994, sob controle de mãos brasileiras;

- Engenheiros Especializados S.A. (ENGESA): Empresa fundada por um grupo de engenheiros da Universidade de São Paulo (USP) em 1958, cujo acervo tecnológico, marcas e patentes atualmente são de propriedade da IMBEL;

- Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON): Empresa Pública Federal criada pela Lei nº 7.000, de 09/06/1982 e vinculada ao MD pelo Comando da Marinha;

- Helicópteros do Brasil S.A. (HELIBRAS): Empresa brasileira que conta com capital estrangeiro, criada em 1978. Possui, como um de seus acionistas, o Governo do Estado de Minas Gerais;

- Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC): Empresa fundada em 1926; e

- Forjas TAURUS S.A: Empresa fundada em 1939.

Antes de prosseguir, para melhor conhecer a IDN do presente descrita acima, é interessante retornar brevemente ao passado.

2.1 Um breve salto no tempo

Desde 1762 são executadas atividades industriais militares no Brasil, com a fundação da Casa do Trem de Artilharia, no Rio de Janeiro, e a criação do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, hoje localizado no Bairro do Caju. Nesse Arsenal ocorriam a guarda e pequenos reparos no armamento, então de posse das tropas. Porém, o grande incremento neste setor deu-se com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808 e as instituições então criadas por D. João VI; dentre estas, destacam-se a Imprensa Nacional, o Banco do Brasil S.A. e principalmente a Fábrica Real de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas que, apesar das atividades industriais anteriores, é aceita como a primeira Indústria de Defesa do Brasil, hoje conhecida como Fábrica da Estrela e constituinte do complexo militar da IMBEL (DELLAGNEZZE, 2008).

Originada do rompimento do acordo - firmado na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) - entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA), a IMBEL compôs-se de cinco complexos fabris, buscando independência em produtos militares, e hoje também em produtos civis. A marca IMBEL é conhecida nacionalmente no setor de Defesa, concebendo, conforme relatado por Dellagnezze (2008, p. 10) “uma estratégia de competitividade que tem possibilitado à empresa conquistar nichos de mercado importantes e extremamente exigentes, em várias regiões do mundo”.

Durante a década de 1980 a IDN chegou ao seu apogeu, realizando negócios com diversos Estados. Podemos citar, por exemplo, a venda pela ENGESA de viaturas blindadas sobre rodas para mais de dezoito Estados e o desenvolvimento e produção de sistemas de artilharia de saturação aérea. Participou, juntamente com empresas dos EUA, da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), da França, da Alemanha e do Reino Unido de concorrência com a proposta de venda do Carro de Combate “Ozório”. Tal venda, porém não se concretizou em face da falta de apoio no Governo à época, o que resultou no pedido de concordata de seu fabricante, a ENGESA, em 1991. Da mesma forma, a AVIBRAS, que realizara várias vendas para diversos exércitos no Oriente Médio nos anos 1980, também foi levada à concordata pela queda nos investimentos governamentais, posteriormente recuperando-se com a conquista de novos mercados no exterior (DELLAGNEZZE, 2008).

Tendo posicionado o Brasil como o quinto maior exportador de produtos de defesa do mundo, a IDN sofreu um encolhimento na década de 1990, fruto de uma infeliz coincidência de fatores geopolíticos, crises econômicas e erros de cálculo, que desestabilizaram as quatro principais fabricantes de produtos militares, a ENGESA, a EMBRAER, a AVIBRAS e a IMBEL, arrastando suas fornecedoras. Assim, o Brasil perdeu divisas e oportunidades, deixou de gerar emprego e de estimular a inovação em tecnologia e a IDN deixou de ser autossustentável, atrasando projetos altamente importantes como o de

submarinos e de comunicações e satélites (DELLAGNEZZE, 2008).

Desse modo, o passado relativamente recente, cheio de realizações seguidas por uma injustificada descontinuidade de apoio e de investimentos públicos, resultou em redução da capacidade de desenvolvimento autônomo e defasagem tecnológica. Porém, as oportunidades perdidas no passado devem ser encaradas como custo afundado, impedindo que permeiem o presente da IDN que será apresentado a seguir.

2.2 O presente

A publicação da END (BRASIL, 2008) e as diversas ações decorrentes trouxeram novo fôlego e muito ânimo ao setor, pautando a reorganização da IDN, na procura da recuperação e incentivo à BID por independência tecnológica. A END apresenta como objetivo, em primeira instância, uma melhor representação do Brasil nas organizações internacionais. Demonstra também apoio à reestruturação destas em moldes mais democráticos, abrangentes em prol de pluralismo de poder e mais abertas às divergências e novas experiências. Em consonância de associações estratégicas abrangentes alicerçadas entre o Brasil e os Estados parceiros, e por vezes empresas estrangeiras, a END visa o paulatino desenvolvimento de pesquisa e produção nacionais.

Nesse sentido, parcerias de Estados emergentes como o bloco dos BRICS¹ fortalecem tal objetivo, uma vez que ampliam e agregam valor ao debate no fórum internacional sobre a necessidade de reformulação do Conselho de Segurança das Nações Unidas e fortalecendo a candidatura do Brasil a uma vaga permanente.

¹ O acrônimo BRICS foi criado em 2001 no Global Economics Paper da agência Goldman Sachs para designação do grupo que atualmente é composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) (COMUNICADO DO IPEA Nº 86, 2011).

Na opinião de Pesce (2009), apesar da luta brasileira no século XIX por suas fronteiras, sua integridade territorial e consolidação nacional, e da participação em duas Guerras Mundiais no século XX, os brasileiros mostram-se reticentes quanto à ideia de empregar força, em defesa do Estado, contra ameaças externas. A adoção de uma política pacifista e utópica, por vezes negligenciou a defesa nacional, resultando no sucateamento das Forças Armadas em prol do combate à inflação e ao déficit público (PESCE, 2005).

Porém, tal mentalidade vem sofrendo mutação, fruto da difusão do assunto defesa e sua fomentação na sociedade. Mesmo prevalecendo o idealismo pacífico popular, inicia-se a relativa diferenciação quanto a importância do preparo militar, gerador dissuasório, do seu emprego a ser evitado. Cada vez mais universidades oferecem cursos de graduação e pós-graduação; cada vez mais o tema é debatido em organismos civis como a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) e em congressos e simpósios acadêmicos que visam reflexões sobre as principais questões estratégicas, como o Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa², e o Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional³, permitindo ampla discussão e geração de grande pensamento crítico no seio dos graduandos, profissionais do setor e pós-graduandos.

Tais iniciativas mostram-se relevantes e extremamente importantes, pois habilitam a formação de ascendências atualizadas, interessadas e motivadas no tema defesa. Estas assim, estarão mais capacitadas a propagar em meio à sociedade a necessidade de priorizar-se a Defesa Nacional, gerando uma nova semente de nacionalismo a cada geração. Desse modo,

² O Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa encontra-se, em 2011, em sua V edição, organizado pela própria ABED, com a participação de diversas universidades do Brasil e algumas no exterior (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 2011).

³ O Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional encontra-se, em 2011, na sua VII edição. A cada ano é realizado, em revezamento, na Academia Militar das Agulhas Negras, na Academia da Força Aérea e na Escola Naval, sendo organizado pelo MD, o qual estende o convite à participação de alunos e professores civis de diversas universidades públicas e particulares de todo território nacional (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2011).

espelhando a diligência por uma postura pró-ativa na busca de soluções, cada vez mais criativas, para as dificuldades e desafios a serem superados pela IDN e Forças Armadas.

Hoje, observa-se que a IDN começa a se rearticular sob coordenação do MD, buscando voltar à agenda do desenvolvimento, alavancada pelas iniciativas que se filtram na sociedade brasileira, conforme visto. Programas como o do Submarino Nuclear (Programa do Submarino Nuclear Brasileiro - PROSUB), atrelado a construção de sua Base em Itaguaí (RJ) e construção de outros submarinos convencionais, a aquisição de helicópteros militares, a construção de Navios Patrulha e outros navios de Superfície (Programa de Obtenção de Meios de Superfície - PROSUPER), demonstram as mudanças ocorridas no pensamento estatal e empresarial em relação às necessidades de reestruturação do setor (GALANTE, 2011).

Ressalta-se, também sob coordenação do MD, o grande esforço na elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), demonstrando a vontade política em promover o tema, expondo, nacional e internacionalmente, a visão estratégica do Estado Brasileiro no campo da Defesa Nacional. Tal iniciativa completa-se com a realização de diversos seminários, relacionados aos diversos títulos do documento, programados até o final de 2012, quando o LBDN já deverá estar pronto.

Tais empreendimentos permeiam os anseios de uma sociedade na busca da maturidade balizadora do desenvolvimento estratégico, necessário para a consolidação de ideais sociais e econômicos. Na esteira desse processo, parcerias internacionais como o BRICS, certamente fortalecerão as economias envolvidas, estruturando, em particular o crescimento brasileiro com sustentabilidade e segurança. Assim, será possível caminhar rumo ao equilíbrio, colhendo os frutos dessa eventual confluência diplomática e econômica.

Nesse contexto, é crucial que se reavalie o valor de nossas Forças Armadas e a vocação para, finalmente buscar tomar parte do processo decisório junto à Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de apoio a uma reformulação de seu Conselho de Segurança

(CS), firmando-se como sério candidato a uma posição permanente. Porém, tal aspiração exige grande esforço, ainda adequando as qualidades empresariais brasileiras ao tempo perdido do passado, procurando fomentar a IDN a participar do seleto grupo de produtores globais na busca por tecnologias de aplicação e vocação duais⁴; desse modo sua produção poderá ser utilizada em tempo de paz pela sociedade civil e altamente capacitada e qualificada a possibilitar a necessária e rápida mobilização nacional em caso de conflito (AMARANTE, 2004; DAGNINO, 2004).

Nota-se que após um breve declínio ocorrido nas décadas de 1980 e 1990, a IDN inicia um processo de reestruturação. Desse modo, o presente releva o passado de incertezas e demonstra a importância dessa indústria. Tal presente revela-se punjante e repleto de realizações por alcançar no atendimento das necessidades da Defesa Nacional, tornando-se indispensável para o papel do Estado, em busca por sua soberania e autodeterminação.

Ao firmar-se numa visão estratégica de futuro, busca desenvolver tecnologia relevante de capacidade dual, focando também no atendimento às necessidades da população, para bem competir nos mercados internos e externos e aumentar sua escala de produção. Desse modo, poderá tornar-se autossustentável. Ainda que a IDN não se encontre plenamente recuperada, os projetos de reaparelhamento das Forças Armadas prometem e pretendem devolver ao setor sua importância no contexto estratégico. O “renascimento” da IDN permitirá assim, a consolidação da sonhada ascensão internacional que o Brasil almeja em seu futuro. Ao firmar sua liderança regional sul-americana, passará a condicionar sua merecida participação no CS da ONU ao respaldo militar dissuasório, alicerçado pelo firme posicionamento político frente aos demais Estados.

⁴ Tecnologias comuns aplicáveis a áreas finalísticas tanto civis quanto militares (AMARANTE, 2004).

3 DEFESA E AUTODETERMINAÇÃO DO ESTADO EM REDE

Desde os primórdios, o ser humano tem se organizado em sociedade de modo a facilitar seu cotidiano e, sendo o homem um ser social, busca em seu conjunto o elemento central protetor do grupo contra seus inimigos: as armas.

A primeira das quatro concordâncias de Dagnino (2004) afirma que “toda nação tem o direito de dissuadir o agressor, repeli-lo, se preciso com o uso de sua Força Armada, tendo o governo o dever de prepará-la para essa tarefa – moral e materialmente”. É, pois, direito de todo Estado estruturar Forças Armadas capazes de fazer valer a segurança do cidadão, onde a IDN exerce o papel centralizador e viabilizador pela

[...] real possibilidade da defesa da soberania, a sobrevivência nacional, as fronteiras e a própria identidade de seu povo, com grande repercussão na área social. Eis que a indústria de defesa promove a integração nacional, gera empregos e fomenta os instrumentos de assistência social, como consequência (CÂNDIDO, 2004, p. 63).

Logo, constata-se que a busca pela defesa esbarra e perpassa para o próprio desenvolvimento da sociedade e sua integração em virtude de promover uma ação conjunta entre os campos civil e militar.

Fernandes (2006, p. 445) contextualiza que tal cooperação torna-se estratégica no uso dual da tecnologia e torna-se assim, uma ferramenta minimizadora das dificuldades brasileiras na geração do desenvolvimento de técnicas industriais nacionais em prol da Defesa. Assim, C&T transformam-se em “alavanca estratégica para o desenvolvimento do país no contexto da sociedade do conhecimento”, transmutando-se em poder.

Mattos (2002) enfatiza que o poder, representado pelo conhecimento, não pode ser obtido sem que haja desenvolvimento econômico e social, encerrando a busca por educação e saúde, por industrialização e avanço tecnológico, onde a população deve possuir plenas condições de hígidez física e mental para operar a imensidão do território brasileiro. Indo mais além, alerta que o alcance do almejado poder representa grande competitividade e, assim

naturalmente, necessidade de segurança interna e externa.

Uma nova ordem mundial se estabeleceu após a queda do muro de Berlim e a bipolaridade existente até aquele momento, de certa forma revestia o sistema internacional de previsibilidade, fixando a Guerra Fria na zona de conforto do pensamento estratégico de então. Naquele cenário, via-se o axioma de Clausewitz⁵ (1780-1831) invertido, onde a negociação pela paz era a extensão da política, uma vez que a mera proporção dantesta de uma guerra nuclear afastava enormemente a possibilidade de sua ocorrência. Após a falência da ex-URSS, surge, incontestemente, a chamada hiper-hegemonia (militar) dos EUA, onde a incerteza e a insegurança tornaram-se elementos centrais. A nova agenda nas relações internacionais alterou o papel dos Estados emergentes de meros coadjuvantes para atores protagonistas na busca por uma nova estratégia que pudesse unir segurança e crescimento (SILVA, 2011).

Depois de ocorridas duas Revoluções Industriais, o século XXI protagoniza a Terceira Revolução Industrial, iniciada na segunda metade do século XX e focalizada na área da informática, robótica, biotecnologia e sociedade em rede⁶, localizada na encruzilhada da globalização capitalista e de uma multipolaridade complexa com diversas disputas e tensões econômicas, culturais, político-territoriais, étnicas, ambientais e etc (VESENTINI, 2008).

No passado, as aquisições de novos equipamentos das Forças Armadas no Brasil foram limitadas a praticamente importar tecnologias e armamentos, por vezes já ultrapassadas e sucateados. Uma vez que a tecnologia militar torna-se, a cada dia, mais depende da

⁵ O Axioma de Clausewitz refere-se à subordinação política da guerra, onde esta é a continuação da política por outros meios (CLAUSEWITZ, 1979).

⁶ Segundo Castells (1999a), sociedade em rede é uma estrutura social de expansão ilimitada, gerada fundamentalmente pelo desenvolvimento tecnológico das comunicações e informática, onde a internet tem papel fundamental por suas infinitas oportunidades e possibilidades. A integração social baseia-se em nós informacionais num sistema organizado em redes globais de capital, gerenciamento e informação. O acesso ao desenvolvimento tecnológico é o fundamento da produtividade e competitividade, materializando o poder, desvinculando-se do processo produtivo das empresas por meio da transnacionalização da produção.

eletrônica e informática, sofrendo grandes e constantes mudanças, tais aquisições tornaram-se cada vez mais remotas e onerosas aos cofres públicos. Assim, a autonomia do Estado passa a ser comprometida pela velocidade espantosa dos avanços tecnológicos, que tornam armamentos obsoletos num curto espaço de tempo, sendo característica intrínseca da sociedade em rede (CASTELLS, 1999b).

Nesse sentido, faz-se mister que o passado de dependência tecnológica não ofusque o caminho futuro a ser trilhado, apesar de todas as incontáveis dificuldades de se internalizar a tecnologia. Assim, uma vez que a defesa da soberania não decorre somente de capacidade militar, mas sim da busca constante pela verdadeira independência nacional - a independência tecnológica - os corações e mentes dos cidadãos estarão voltados para a concepção e implementação da autodeterminação nacional, transmutando vontade em poder. E uma vez que conhecimento significa poder, aqui entendido em todas as suas faces, a alavanca tecnológica deve ser acionada constante e continuamente pelo Estado, em mitigação à velocidade inerente à sociedade em rede. Tal alavanca deve possuir também função dual, em defesa e em desenvolvimento, capaz de gerar caráter dissuasório e permeabilizar e materializar benefícios a toda sociedade em seu acionamento.

3.1 A busca pela autonomia numa sociedade em rede

Hoje, muito mais que no passado, faz-se notório idealizar que empresas de defesa classificadas como estratégicas devam ter base de produção no País, bem como serem controladas por brasileiros. Nesse sentido, conforme o Balanço de Atividades 2008/2010 (2011), em 2008 foi desenvolvida a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que provê articulações orientadas para o desenvolvimento de C&T junto à indústria, num conjunto de políticas setoriais visando o fortalecimento das estruturas produtivas. Por meio de uma

proposta convergente com a política econômica e outras políticas de governo, a PDP é constituída por programas para o fortalecimento da competitividade dos correspondentes setores da economia, onde se destacam:

- Programas de caráter mobilizador em áreas estratégicas, tais como saúde e defesa;
- Programas direcionados ao fortalecimento da liderança do Brasil nos campos correspondentes como, por exemplo, o de biocombustíveis; e
- Destaques estratégicos, aí incluídos a integração econômica e produção sustentável.

Utilizando-se de instrumentos, recursos e responsabilidades definidos, metas claras, inequívocas e factíveis, provida de parcerias e articulação entre agências públicas e o setor produtivo, a PDP busca a identificação e elaboração de atividades que visem à solidificação da competitividade de médio e longo prazo da economia brasileira, com sustentabilidade, alinhando-a ao seu atual ciclo de expansão. Particularmente, em consequência da PDP, foi criado, como coordenador do Programa Mobilizador da Área Estratégica da Defesa, o Comitê Executivo do Programa Complexo Industrial de Defesa, cujo objetivo é recuperar e incentivar o crescimento da base industrial instalada, ampliando o fornecimento para as Forças Armadas brasileiras e exportações (BALANÇO DE ATIVIDADES 2008/2010, 2011).

Uma das grandes barreiras a vencer na busca do desenvolvimento produtivo, constitui-se na concorrência entre as empresas locais e as estrangeiras em um novo espaço industrial mundial, caracterizado pela descontinuidade geográfica, cujas estruturas de inovação e fabricação encontram-se articuladas em redes globais e sujeitas a constantes mudanças de cooperação. Desse modo, observa-se atualmente que os fluxos de informação, que reúnem ou separam os componentes territoriais das empresas, expandem-se numa nova

lógica espacial, criando uma “multiplicidade de redes industriais globais, cujas interseções e exclusões mudam o próprio conceito de localização industrial de fábricas para fluxos industriais” (CASTELLS, 1999a, p. 483).

No entendimento de Castells (1999a; 1999c), tais fluxos são formadores de redes globais que hoje compõe a nova economia mundial, cujas conexões são os instrumentos detentores de poder. O gerenciamento e informação de acesso ao “know-how” tecnológico são primordiais para a produtividade e competitividade, constituindo os principais processos da economia global e informacional, cujas origens são provenientes, essencialmente, da flexibilidade e da inovação, respectivamente.

Assim, no Balanço de Atividades 2008/2010 (2011) vislumbram-se vários desafios a serem superados, destacando-se:

- Incremento de investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I)⁷;
- Obtenção de isonomia tributária em relação aos materiais e produtos importados, buscando sustentação e continuidade das compras públicas;
- Fortalecimento dos fornecedores no Brasil para garantir qualidade; e
- Expansão dos mercados internos, principalmente por meio das Forças Armadas para que potenciais futuros clientes no exterior constatem que os produtos de defesa brasileiros são detentores de alto valor agregado, desta forma firmando a demanda interna para buscar consolidar-se no mercado exterior.

Para fazer frente a esses desafios, foi criada a Secretaria de Produtos de Defesa, responsável pela execução de uma política de compras governamentais na área de defesa,

⁷ P,D&I compreende a realização de trabalho criativo e sistemático objetivando aumentar conhecimento, introduzindo-o no ambiente produtivo ou social para gerar como resultado novos produtos, processos ou serviços, bem como novas aplicações (MANUAL DE OSLO, 1997; BRASIL, 2004).

focada em planejamento e racionalização, imprimindo maior sinergia no trato dos assuntos afetos a compras governamentais no setor (BALANÇO DE ATIVIDADES 2008/2010, 2011).

Para promover a participação de empresas nacionais nas contratações de produtos e sistemas de defesa, faz-se necessário estabelecer um marco regulatório que fixe normas especiais, regime jurídico e tributário especiais, a fim de desobrigar a IDN do regime geral de licitações públicas e protegê-la de contingenciamentos governamentais no orçamento de defesa. Conforme defendido por Costa (2004), esta é a única fórmula para o fortalecimento da IDN, assim incentivando o empresariado brasileiro a investir no setor, por meio da certeza da disponibilidade de recursos.

Outro modo de alavancar o setor consiste no estabelecimento, como premissas nas negociações internacionais, de contrapartidas tecnológicas, comerciais e industriais nas aquisições de defesa, os chamados Acordos de offset⁸.

Diversos especialistas, em todo o mundo, defendem que o *offset* facilita o acesso a determinados conhecimentos que muitas vezes não se encontram disponíveis, e dado o tempo envolvido na execução de um acordo do tipo que envolve o *offset*, esses mesmos especialistas acreditam que todo esse processo acaba propiciando maior absorção de um novo conhecimento, e consequentemente elevando a capacidade de inovação tecnológica das instituições (GUIMARÃES; IVO, 2004, p. 166, grifo do autor).

Cândido (2004) ressalva que, embora o emprego dos recursos de offset ainda não tenha se apresentado amplamente exitoso, surge desse contexto a promoção de suporte financeiro para a IDN e os centros de pesquisa e desenvolvimento das Forças Armadas e Universidades, viabilizando o avanço tecnológico que necessita o país. Em Guimarães e Ivo (2004) encontra-se a constatação de que o gerenciamento eficiente dos acordos de offset proporcionará ao Estado, que dele lançar bom uso, o desenvolvimento industrial e tecnológico

⁸ Conforme a Portaria nº 764/MD, os Acordos de Offset constituem-se em qualquer compensação, acordada entre as partes em condições de importação, e utilizadas em compras governamentais a fim de maximizar o gasto efetuado para gerar algum benefício, seja ele material, serviço ou mesmo transferências de tecnologia (BRASIL, 2002).

capaz de manter e gerar empregos, por meio de intercâmbio de conhecimento e novas parcerias com empresas de outros Estados.

Cândido (2002) vai além e, em consonância com a END, ressalta, em contraponto, que se deve beneficiar e proteger os produtores e o mercado nacional, privilegiando seus produtos, em detrimentos dos estrangeiros, sempre que houver uma opção fabricada no país.

É o que chamou de “BUY BRAZILIAN ACT” e

[...] assim como nos Estados Unidos, onde o BUY AMERICAN ACT beneficia o conjunto de produtores locais, assegurando mercado para a produção nativa e vedando a aquisição de produtos estrangeiros sempre que eles possam ser fabricados no próprio país, é necessário que se crie aqui, como já mencionado, uma legislação específica que tenha por objetivo a restrição da importação de produtos de defesa que tenham similares fabricados no Brasil e, caso não existam no país, sejam realizadas aquisições somente por meio de parcerias entre as empresas estrangeiras e nacionais, de forma que ocorra, também, a transferência de tecnologia (CÂNDIDO, 2002, p. 70).

Após três anos passados desde a divulgação da PDP, um breve balanço pode ser feito, observando-se que foram aplicados em modernização e P,D&I somente R\$ 214,2 milhões até agosto de 2010, dos R\$ 1,4 bilhão previstos e que dentre os diversos projetos de Defesa constantes na PDP, apenas 25% destes contam com a participação direta de empresas nacionais (BALANÇO DE ATIVIDADES 2008/2010, 2011, p. 38).

Assim, é imperativo que haja a implementação de um Orçamento Determinativo e Consolidativo de Defesa, como julga Cândido (2002), onde sejam estabelecidas destinações de valores percentuais do PIB. Desse modo, será possível garantir o continuado aporte de recursos para possibilitar o financiamento da P,D&I, sem qualquer contingenciamento, para que estas funcionem como fator de integração social e estrutura básica da soberania nacional, tão necessários à prioritária manutenção da IDN. Alerta também que não se devem caracterizar esses recursos como despesas, mas sim como investimentos, pois os volumes de exportação gerados são bem superiores ao valor investido, criando empregos, desenvolvendo tecnologia nacional, e contribuindo para aumentar a dissuasão do Estado por meio da modernização de suas Forças Armadas.

Para a viabilização da existência de uma BID fortalecida, a busca pela ampliação da exportação é um recurso necessário para sua manutenção frente a uma baixa demanda interna que, esta sim, deve ser evitada sobremaneira. Assim, estimulando a formação e a capacitação técnica dos recursos humanos, nosso maior bem, desenvolver-se-á massa crítica para realizar e perpetuar a alavancagem tecnológica rumo à tão sonhada autonomia nacional, pois, conforme conclui Cândido (2002), “com o fortalecimento da indústria nacional, estaremos solidificando a soberania e a autodeterminação do povo brasileiro (...)”.

Neste contexto, pode-se, portanto, encarar o papel do offset como uma alavanca dinâmica na catalisação do processo de pesquisa e busca de tecnologia e conhecimento científico, com um grande efeito multiplicador. Acima de tudo, deve-se sempre ter como meta a se atingir o desenvolvimento socioeconômico, viabilizando o aumento do potencial de crescimento pela produtividade nacional.

Em contraponto, deve-se aplicar especial atenção para que as tecnologias acordadas a serem transferidas não estejam completamente ultrapassadas e aqui cheguem camufladas de novas. Por esse motivo, faz-se mister que P,D&I venham a ser desenvolvidos continuamente por brasileiros e aqui permaneçam, uma vez que investimentos constantes desta natureza têm menores chances de serem depreciados.

Desse modo, em virtude do caráter específico da IDN, segmento que atua constantemente no limite do conhecimento motivado pela competitividade das redes industriais globais e seus fluxos de informações, é fundamental que se estabeleça certa previsibilidade aos investimentos do Estado para o desenvolvimento de pesquisas e projetos, sobretudo na fase inicial, onde as empresas encontram a árdua tarefa de recuperar o ciclo completo do conhecimento, desenvolvendo projetos inovadores para aplicação dual nos campos civil e militar. Outrossim, os investimentos em defesa devem ocorrer de forma contínua e

proporcionais ao valor a ser defendido⁹, ressaltando clara e transparentemente que jamais serão um investimento sem retorno e assim, firmando a continuação da Política de Estado.

3.2 A busca pelo posicionamento internacional numa sociedade em rede

Na visão de Castells (1999a) as novas tecnologias alteraram os conceitos de históricos de espaço, encurtando o tempo numa escala de redes eletrônicas e digitais, onde a informação e o conhecimento se expandem numa progressão fantástica, deixando de se pensar o mundo apenas em seus eixos norte-sul, leste-oeste, ou sua divisão clássica entre primeiro e segundo mundos, mas sim, num mundo globalizado em redes, onde encontramos aqueles que aceitam as novas tecnologias e aqueles que têm dificuldade para tal. Essa globalização em redes deve ser entendida como uma consequência do aumento de mercado, onde a tecnologia digital dobra o espaço a cada momento numa teia mundial cada vez mais interligada e adensada no interior da sociedade em rede.

Castells (1999b, p. 423) continua, argumentando que o poder não se encontra mais no Estado - cada vez menos capaz de assegurar em seu território a geração de receita da produção - ou nas organizações capitalistas, ou na mídia, ou em qualquer simbolismo de controle (seja religioso ou ideológico). Encontra-se “difundido nas redes globais de riqueza, poder, informações e imagens, que circulam e passam por transmutações em um sistema de geometria variável e geografia desmaterializada”. Este poder centraliza-se na mente das pessoas simultaneamente identificável e difuso.

Nesse sentido, qualquer entidade ou Estado que detenha a tecnologia pode alterar

⁹ Por valor a ser defendido, este autor entende o somatório de todas as riquezas naturais e culturais no território brasileiro, presentes no solo, subsolo, mares e plataforma continental, possibilitando que, hoje, o Brasil encontre-se dentre as maiores economias mundiais.

as relações internacionais hoje estabelecidas. Castells (1999c) afirma que as novas formas de conflitos podem ser usadas por organizações, indivíduos ou Estados de pouco poder bélico, porém com capacidade de acesso às novas tecnologias destrutivas, bem como encontrar os pontos vulneráveis de nossas sociedades. Assim o Estado em rede é a maneira encontrada para garantir sua sobrevivência na densa teia da Era da Globalização e da Informação, e para tal necessita de uma administração flexível e conectada ao mundo. Nas palavras de Castells:

A Globalização do capital, a “multilateralização” das instituições de poder e a descentralização da autoridade para governos regionais e locais ocasionam uma nova geometria do poder, talvez levando a uma nova forma de Estado, o Estado em rede. Atores sociais e cidadãos em geral maximizam as chances de representação de seus interesses e valores, utilizando-se de estratégias nas redes de relações entre várias instituições, em diversas esferas de competências (CASTELLS, 1999c, p. 421).

Em concordância, Olivo (2004, p. 128) afirma que o Estado não é mais o único detentor de legítimo poder na sociedade em rede, mas sim um dos diversos nós nas relações institucionais, humanas e virtuais, onde “seu poder é compartimentalizado, horizontalizado, regulamentado por normas consensuais formuladas pelos participantes da sociedade”.

Vesentini (2008, p. 111) afirma: “Exercer um determinado poder é também produzir certa verdade, e não existem vencedores sem que as representações de mundo tenham alguma credibilidade”. Fukuyama (1992) argumenta que os objetivos nacionais regulam a procura de poder pelo Estado, mesmo que pela simples sobrevivência. Mas esta não é uma busca trivial, mas sim ditada pela legitimidade, onde os Estados que negligenciam tais considerações, devem arcar com as consequências.

Assim, conforme Vesentini (2008) evidencia, observa-se que o entendimento de defesa deixou de ser a simples disputa infinita por igualar e superar o inimigo, tornando-se preventiva, uma vez que no mundo pós Guerra Fria, não há inimigos, mas sim “possíveis ameaças”, quer sejam grupos terroristas, ou algum Estado que os apóie, bem como instabilidades regionais que podem vir a ameaçar o sistema global.

Nesse contexto, observamos o importante papel dos Estados componentes do BRICS no cenário internacional, onde a BID encontra possibilidades de ampliação de parcerias entre os membros, citando-se como exemplo o desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres no Programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite). Conforme evidenciado no Comunicado do IPEA¹⁰ nº 86 (2011), existe ainda, porém forte assimetria de investimento nos fluxos bilaterais, da perspectiva do Brasil, entre os BRICS.

O crescimento dos investimentos, sobretudo no caso da Índia e da China, está associado enormemente à infra-estrutura e urbanização, abrindo espaço para a internacionalização de empresas brasileiras nas áreas de engenharia e indústrias de base. Devem ser consideradas, porém, as barreiras comerciais existentes. O risco de procurar competir com produtos fabricados a custos baixos na China, sem o efetivo reconhecimento de que os preços refletem a realidade local, é uma armadilha que precisa ser desarmada por uma política industrial moderna e de longo prazo. A geração de cooperação nos diversos setores abrirá cada vez mais espaços para o diálogo, onde se poderá identificar as convergências de interesses e buscar soluções interessantes a todos, traduzindo-se num jogo de ganho duplo. Os Estados cooperadores poderão posicionar-se no cenário mundial conforme seus interesses nacionais. Não obstante, quando se trata de investimentos em Defesa, é fazer-se de míope negligenciar que China e Índia têm alguns dos maiores orçamentos no mundo neste setor e uma BID ainda em consolidação (COMUNICADO DO IPEA Nº 86, 2011).

Lima (2010) registra na tabela abaixo, dentre outros dados relevantes, os gastos militares dos BRICS em relação aos seus PIB em 2007. Ressalva em relação ao Brasil que, apesar de apresentar números significativos, grande porção do montante apontado não tem

¹⁰ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é uma fundação pública federal vinculada ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do Brasil.

como destino aquisição de equipamentos, P,D&I ou gasto vinculado à defesa do país, cabendo fração significativa a pagamentos relacionados ao pessoal militar.

País	Dimensões		Indicadores sociais		Indicadores econômicos		Defesa
	Área ^a	População ^b	GINI ^c	IDH ^d	PIB ^e	PIB per capita ^f	Gastos Militares (% PIB) ^g
África do Sul	1,219 (29)	49,052 (24)	57,8	0,683	132,878	3,020	1,4
Brasil	8,514 (5)	198,739 (5)	55	0,813	644,702	3,701	1,5
China	9,596 (4)	1338,612 (1)	41,5	0,772	1198,480	0,949	2
Índia	3,287 (7)	1156,89 (2)	36,8	0,612	460,182	0,453	2,5
Rússia	17,098 (1)	140,041 (9)	37,5	0,817	259,708	1,775	3,5

(a, b) Fonte: The World Factbook (CIA, 2010); (a) em milhões de km²; (b) em milhões de habitantes. Números entre parênteses indicam posição do país.

(c, d) Fonte: Human Development Report (UNDP, 2009).

(e, f) Fonte: World Development Indicators (World Bank, 2008), PIB real, ano base 2000; em bilhões de US\$, 2008.

(g) Fonte: Stockholm International Peace Research Institute (SIPR, 2010); referente ao PIB de 2007.

Fonte: LIMA, 2010, p. 162.

Inserido nesse contexto de sociedade em rede, o Brasil vem buscando sua autoafirmação internacional desde muito, alimentando o sonho de integrar o Conselho de Segurança da ONU, como fazem parte EUA, Grã-Bretanha, França, China e Rússia, por entender a sua importância estratégica regional, na América do Sul e também no Hemisfério Sul. Assim, mais do que nunca, torna-se extremamente importante a forma como o Brasil se insere no bloco de Estados emergentes do BRICS, transformando suas parcerias em apoio nas alianças com China e Rússia, que compõem o CS. Para alcançar o almejado posto, Dellagnezze (2002, p. 50) enfatiza que o Brasil deve possuir, além do apoio citado:

- Uma economia de destaque internacional;
- Poder militar compatível com o CS, elevando seus gastos com Defesa para 3,5% do PIB; e
- Participações em missões no exterior, conforme solicitações da ONU, onde sua

IDN deverá prover inovação tecnológica para atender às necessidades das Forças Armadas no Brasil e no exterior.

Dos requisitos citados acima, resta a firmar, principalmente, o atendimento à porcentagem do PIB a ser gasto com o setor de Defesa para que o desconforto de vulnerabilidades críticas nacionais seja deixado para trás; logo, o almejado papel de destaque no cenário internacional poderá ser alcançado, não como mais um dos coadjuvantes, mas como um dos Estados que se desenvolvem como atores principais.

Dellagnezze (2002) prossegue concluindo que, para a viabilização da BID e sua aceitação no mercado exterior, é importante que as tropas nacionais testem e aprovelem os seus produtos. Também atesta que é primordial a inclusão nessa equação da desoneração fiscal, encontrando o equilíbrio entre as necessidades das tropas e a oferta dos produtos de defesa, permitindo à BID o planejamento consistente para o atendimento aos mercados internos e externos, militares e civis.

Uma vez que o atendimento das questões de Defesa é uma atribuição do Estado, este precisa, sobremaneira, do total apoio da sociedade no seu esforço, tal como definido por Clausewitz em sua Trindade, onde os três elementos componentes da chamada Trindade Surpreendente (a violência e ódio cego; o jogo das probabilidades e do acaso; e a razão) não podem ser separados, correspondendo, respectivamente ao Povo, às Forças Armadas e ao Governo (CLAUSEWITZ, 1979).

Assim, promovendo investimento em novas tecnologias, consolidar-se-á a pretensão nacional de vir a fazer parte do CS da ONU. Afinal, o atendimento às necessidades do seu maior e principal cliente, as Forças Armadas do Brasil, é missão da IDN. Sua fomentação faz-se mister no aprimorando das Forças Armadas, com a modernização de seus armamentos e equipamentos, assim aprestando e viabilizando as plenas condições de Mobilização Nacional, cuja previsão e preparo devem ser permanentemente orientadas pelo

Estado. Este deve, mais do nunca, reorientar-se e redescobrir-se como Estado em rede no novo sistema internacional, buscando posicionamento dentre os demais, fundamentado no poder do conhecimento, gerando competitividade e produtividade por meio de flexibilidade e inovação. Mesmo ao gravitar em torno do eixo de cooperação e conflito, as parcerias internacionais, bem como a competição, devem servir como incentivo e trampolim de capacitação sem contingenciamentos, entrelaçando a rede que se torna cada vez mais adensada, potencializando as chamadas novas ameaças, que devem ser combatidas por meio de um posicionamento interno conjugado e perfeitamente alinhado entre a sociedade, o Governo e seu braço armado, as Forças Armadas.

Desse modo, conforme será observado no capítulo 4, o desenvolvimento da capacidade de estabelecimento da Mobilização Nacional deve iniciar-se ainda nos tempos de paz, cuja plena capacitação, em equilíbrio com a IDN, conjuga o Poder Nacional e, em última instância, molda a capacidade dissuasória do Estado.

3.3 Interlúdio: Uma ameaça na rede

O Brasil sempre foi um país de muitas fontes de recursos naturais, proporcionais a sua dimensão continental, com a maior reserva de água doce e maior floresta tropical do mundo. Atualmente inicia-se o descobrimento de uma outra Amazônia, a chamada Amazônia Azul¹¹, possuidora de cerca de 95% das reservas nacionais de petróleo e gás, cerca de 90% da produção nacional de petróleo, diversas fontes de recursos minerais, recursos vivos, recursos energéticos, além de imensa biodiversidade marinha (suspeita-se que seja maior do que a

¹¹ Área assim denominada, ao longo do litoral brasileiro, onde encontram-se as fronteiras marítimas e que possui aproximadamente 4,5 milhões de km quadrados, equivalente à metade da superfície do território no continente (FERREIRA, 2011; CUNHA, 2010).

biodiversidade existente na Amazônia continental) que movimenta cifras da ordem de bilhões de dólares em mercado de patentes (FERREIRA, 2011; CUNHA, 2010). O anúncio de autossuficiência em petróleo e da existência da camada de Pré-Sal em águas jurisdicionais brasileiras trouxe um momento único de investimentos bilionários em diversos setores da economia, onde os olhos de todo o globo se voltam para as terras do “Ordem e Progresso”.

Veríssimo e Silva (2011) ressaltam que se deve levar em consideração os perigos da chamada “doença holandesa¹²”, decorrentes e agregados à abundância de recursos minerais geradores de vantagens competitivas, cuja alta das receitas de exportação resulta na apreciação, incompatível, da taxa de câmbio com a alavancagem competitiva da produção de bens tecnológicos manufaturados. Em suas palavras:

A consequência última deste processo é a retração da produção/exportação de bens comercializáveis (manufaturados), fato que pode implicar em “desindustrialização” da economia pela realocação de recursos produtivos (capital, trabalho e tecnologia) dos setores industriais para os setores intensivos em recursos naturais, na medida em que se estes últimos se tornam relativamente mais rentáveis. A doença holandesa promove um processo de substituição da produção doméstica de manufaturados por produtos importados favorecidos pela apreciação cambial, cujos preços se tornam mais competitivos em relação aos produtos nacionais (VERÍSSIMO; SILVA, 2011, p. 2).

Em paralelo, Aguiar¹³ (2010) nos alerta para os perigos do Brasil encontrar-se justamente neste “olho do furacão”, que tende a transformar o território nacional num novo Eldorado, com dezenas de empresas buscando novas fontes de mercado e maximização de seus lucros neste novo cenário de economia paradisíaca que surge cheio de oportunidades de bons negócios.

Com a contribuição da agenda esportiva internacional no país, confirmada até

¹² Termo referente ao fenômeno percebido na década de 1960 na Holanda, quando a descoberta de grandes depósitos de gás natural impactou significativamente a economia local. Por um lado, as exportações proporcionaram aumento da renda, mas por outro a apreciação da moeda local (o florim holandês) - em virtude da entrada de divisas externas decorrentes das vendas da commodity energética - tornaram as exportações de outros produtos menos competitivas (NAKAHODOS; JANK, 2006, p. 2).

¹³ Atualmente, Carlos Frederico Queiroz de Aguiar é Vice-Presidente da ABIMDE.

2016, os investimentos nas áreas de infraestrutura, Segurança e Defesa serão astronômicos e despertam um voraz apetite de empresas de todo o mundo que pretendem aproveitar as oportunidades geradas no Brasil. Tal processo se insere em enormes riscos para a indústria nacional, em particular a de Defesa, nominados por Aguiar (2002) de desnacionalização, onde empresas internacionais podem se associar à brasileiras para depois assumir o controle acionário por completo, seguindo-se o “epílogo dramático: após absorverem o que podem, elas se retiram do País com o qual jamais tiveram compromisso”.

Cabe, neste momento, ressaltar uma afirmação de Castells:

Os Estados-Nação podem reter seu poder de decisão, porém, uma vez parte de uma rede de poderes e contrapoderes, tornam-se, por si mesmos, desprovidos de poder: passam a depender de um sistema mais amplo de exercício de autoridade e influência, a partir de múltiplas fontes (CASTELLS, 1999b, p. 354).

Olivo (2004, p. 132) afirma que uma das maiores e crescentes ameaças ao Estado em rede provêm da sua incapacidade de situar-se entre o poder da globalização em sua redes de produção e investimentos e os desafios regulatórios de Organizações internacionais. Nesse ponto, Pesce (2005, p. 47) enfatiza que se o Brasil “não dispuser de uma capacidade de dissuasão e defesa significativa, o vácuo de poder resultante acabará sendo preenchido por outros estados, em detrimento dos interesses nacionais brasileiros”.

Vê-se então que a sociedade em rede exige um monitoramento contínuo e próximo para que esta dependência mútua, provocada pelo forte e denso entrelaçamento dos nós de poder, não venha a provocar um estrangulamento dos recursos no momento em que mais forem necessários. Assim, tal monitoramento e controle múltiplo e internacional devem ser acompanhados com o cuidado adequado, uma vez que as consequências seriam extremamente desastrosas numa eventual confirmação dos alertas acima. Para que tal hipótese não se confirme, é necessário o estabelecimento de marcos regulatórios quanto ao uso irrestrito do capital estrangeiro, como forma de proteção, não somente às riquezas naturais de propriedade do Estado, mas também à Indústria Nacional como um todo, em proteção à manutenção e

desenvolvimento da plena capacidade de Mobilização Nacional do Estado.

O crescimento responsável e sustentável deve ser a cura para os males que assombram a economia nacional. Cabe a todo cidadão brasileiro firma-se de patriotismo e autodeterminação, transformando-se em anticorpos que, mais do que lutar contra corpos estranhos, possam repelir os invasores ou os façam se mesclar à argamassa cultura desse povo. Cabe ao Estado criar as vacinas necessárias para proteger o território, os recursos naturais e o patrimônio nacional. Cabe à IDN internalizar os vírus da tecnologia, tão necessários para a imunização e o desenvolvimento do Brasil.

4 MOBILIZAÇÃO NACIONAL PELA INDÚSTRIA DE DEFESA

Para situar a Mobilização Nacional no contexto da IDN, é necessário que se inicie por discutir o termo mobilização, onde é relevante compreender que mobilizar é muito mais do que as basilares definições encontradas em qualquer dicionário:

- Reunir pessoas para qualquer ação; ou
- Convocar a sociedade para participar de qualquer ato político ou cívico; ou
- Convocar cidadãos para fazer parte de qualquer atividade em prol de uma campanha, seja de natureza social ou política, incitando-lhes uma determinada vontade; ou
- A movimentação de tropas em uma campanha.

Para prosseguir, será examinado o significado da Mobilização Nacional em seu sentido mais amplo, buscando posteriormente restringir o papel exercido pela atuação da IDN.

4.1 Mobilização e Interesses Nacionais

Olivo (2004, p. 142) ressalta que, atualmente, o poder espalha-se em rede, deixando de possuir uma centralização, onde cada segmento e instituição têm limitado compartilhamento de sua soberania, legitimando as ações, não somente do Estado, mas de todos os organismos que com ele agem.

Desse modo, o entendimento de Mobilização Nacional, conforme a Lei nº 11.631 de 27 de dezembro de 2007, perpassa pela capacidade do Estado, no campo da Defesa Nacional, ao complementar a Logística Nacional¹⁴, em ativar os mecanismos apropriados,

¹⁴ Conjunto de atividades relacionadas à previsão e à provisão de todos os recursos necessários à realização de ações planejadas para a consecução dos interesses nacionais, impostos pela END (OLIVEIRA, 1989; EGN, 2011).

formados por um conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas de forma a possibilitar a realização de ações estratégicas diante de qualquer agressão estrangeira (BRASIL, 2007).

Possuir uma IDN capaz de atender as necessidades do Estado é possuir independência tecnológica para evitar limitações severas impostas por pressões externas alinhadas a interesses, por vezes difusos, provenientes de outros Estados ou empresas não nacionais; é possuir uma indústria autônoma e soberana a serviço do Estado, prontamente apta a fazer-se parte do Poder Nacional¹⁵, preparando sua expressão militar na paz para emprego quando se fizer necessário. O Estado deve, acima de tudo, capacitar o Potencial Nacional¹⁶ para transformá-lo, o mais rapidamente possível, em Poder, se preciso for.

Percebe-se, então, a Mobilização Nacional como um meio de preparar e adequar a parte militar do Poder Nacional, transformando o Potencial Nacional em Poder Militar a fim de atender às necessidades da Defesa Nacional, convocando os cidadãos, tropas e a sociedade em prol dos interesses do Estado. Nesse sentido, ressalta-se o dever do Governo em preparar as Forças Armadas e em empenhar-se para que a sociedade torne-se cônica do tema Defesa, criando uma “vontade nacional” que possa materializar todos os interesses e aspirações das quais um Estado que represente o povo deve buscar atender. Ao satisfazer tal vontade, o Estado irá garantir para si o apoio popular imprescindível no fortalecimento de seu braço armado, fechando a Trindade de Clausewitz em torno de uma sociedade que se tornará ativa e pronta a mobilizar-se, se preciso for, para prover plena capacidade de luta, força e resistência para suas Forças Armadas em defesa do Estado e dos Interesses Nacionais.

¹⁵ Entende-se por Poder Nacional o conjunto de pessoas e meios que o Estado dispõe em suas expressões Política, Militar, Econômica, Psicossocial e Científica Tecnológica que concorrem na conquista e manutenção dos objetivos nacionais. Do Poder Nacional fazem parte o Poder Nacional Atual e o Potencial Nacional (ESCOLA DE GUERRA NAVAL - EGN, 2011).

¹⁶ É o conjunto de pessoas e meios disponíveis, em estado latente, passíveis de serem transformados em Poder Nacional. (EGN, 2011).

4.2 O Planejamento da Mobilização

Para possuir plena capacidade de mobilizar os recursos necessários a fim de viabilizar a transformação do Potencial Nacional em Poder Nacional, o Estado dever possuir um criterioso planejamento de conjuntos de atividades a serem executadas, objetivando fortalecer primeiramente o preparo, a manutenção e o aperfeiçoamento do poder existente.

Para tal, faz-se mister conhecer profundamente as condições atuais do Poder Nacional e prever como se encontrará quando da necessidade de sua aplicação. É o chamado “preparo da mobilização” por Oliveira (1989), que deve procurar o fortalecimento do Poder Nacional, criando condições internas necessárias e suficientes para substituir materiais importados, focando principalmente naqueles destinados ao pleno fortalecimento da expressão militar do Estado. Prossegue o autor:

Ressalte-se, neste contexto, a importância da nacionalização, em seus diversos aspectos, os quais abrangem não só a fabricação no país do material de interesse militar mas a capacidade de adquirir, absorver e desenvolver tecnologia própria dentro de um processo que, iniciado nas universidades e incentivado pelas forças de mercado e, em certos casos, pelo valor estratégico que representa para o País, visa dotar, tanto quanto possível, o Poder Nacional com uma suficiência capaz de sustentar suas grandes decisões, o que, em síntese, significa soberania (OLIVEIRA, 1989, p. 15).

Nesse sentido, a END ressalta, em sua diretriz 21, que deverá ser desenvolvido “o potencial de mobilização militar e nacional para assegurar a capacidade dissuasória e operacional das forças armadas” (BRASIL, 2008). Em consonância com tal diretriz, foi desenvolvido o Sistema Nacional de Mobilização¹⁷ (SINAMOB), também estabelecido pela Lei nº 11.631 de 27 de dezembro de 2007, centralizado no MD e organizado em setores que

¹⁷ Os órgãos componentes do SINAMOB são: Ministério da Defesa; Ministério da Justiça; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Fazenda; Ministério da Integração Nacional; Casa Civil da Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República (BRASIL, 2007).

respondem de modo integrado, pelo planejamento e realização de todas as fases da Mobilização e da Desmobilização¹⁸ Nacionais, nas áreas política, econômica, social, psicológica, segurança e inteligência, defesa civil, científica tecnológica e militar. Tais precauções cercadas de planejamentos detalhados e diretrizes de orientação do preparo e do emprego da Mobilização tem a finalidade de elevar o grau de aptidão do Estado, aqui chamado de Capacidade de Mobilização Nacional, para, oportunamente, passar de uma situação de paz para uma de conflito, com a máxima eficácia e um mínimo de transtornos para a sociedade (EGN, 2011).

Assim, a plena capacitação da BID é ação imediatística e de cunho estratégico, onde seu desenvolvimento, enquanto gerador de empregos, de tecnologia e divisas, poderá servir como referencial de preparo e adequação da infraestrutura dos demais setores industriais às necessidades e requisitos de Defesa Nacional.

Desse modo, inserindo-se como instrumento básico para o atingimento do propósito maior de desenvolvimento nacional, o Planejamento da Mobilização Nacional sedimentar-se-á como atividade rotineira, em antevisão constante da gama de ações a empreender para mostrar-se capaz de defender os interesses do Estado, em face às situações de conflito.

Em um sentido mais amplo, a sociedade em rede torna a Capacidade de Mobilização Nacional alavancadora e potencializadora do elemento dissuasório do Estado, na medida em que demonstra preparo e desenvolvimento de manutenção e proteção da sua soberania, tendo como um dos atores principais, internamente, a IDN.

¹⁸ Ações orientadas pelo Estado que visam permitir o retorno gradativo à situação de normalidade, evitando transtornos quando do encerramento das necessidades que levaram à Mobilização Nacional (EGN, 2011).

4.3 A Indústria de Defesa como Protagonista da Mobilização

Para o pleno desenvolvimento do Estado em rede, é fundamental que as indústrias nacionais possam ser consideradas mobilizáveis, em alinhamento à estratégia elaborada para defesa da soberania. Para tal, somente empresas de capital brasileiro têm a capacidade de manterem-se imunes a quaisquer mecanismos de controle e bloqueios provenientes do exterior, sustentando a participação do Estado em possíveis conflitos a que o mesmo seja levado a participar ou envolver-se (FEROLLA, 2007).

Concomitantemente, a IDN deve estar fortemente engajada com as necessidades demandadas num contexto de Mobilização Nacional, a fim de vencer o desafio de viabilizar e, durante os tempos de paz, tornar autossustentável o dimensionamento planejado para esse atendimento em caso de conflito, sem tornar-se deficitária (AMARANTE, 2004).

Assim, ao vencer tal desafio será palpável possibilitar ampla prontidão da IDN, uma vez alcançada a demanda natural da geração de competitividade internacional, inserindo definitivamente seu nó na sociedade em rede. Será então, capaz de agregar substancial valor ao posicionamento brasileiro no exterior, bem como elevação do potencial dissuasório nacional, seja pelo aumento de participação no mercado mundial, seja pela possibilidade de contínua modernização e reequipamento das Forças Armadas.

A política industrial de Defesa é essencial para que a política de Defesa se distinga de uma mera política de Segurança interna mas, também, para que retome a boa tradição brasileira de combinar mobilização industrial, inovação tecnológica, ensino e pesquisa que produziram nas Forças Armadas uma das mais respeitadas, sólidas, informadas e diversificadas inteligências industriais militares do mundo (DELGADO, 2004, p. 164).

Desse modo, a IDN apresenta-se como elemento alavancador de um processo mobilizatório, provendo a capacidade de reação imediata do Estado em resposta a qualquer situação de emergência até que a indústria de base seja adaptada, ampliada ou convertida, de seus bens de consumo ou de capital, em recursos necessários para o atendimento das

prioridades militares. Nesse processo, são fundamentais o conhecimento e cadastramento das indústrias de interesse nacional, ainda na fase de preparo da Mobilização Nacional, bem como o planejamento de sua adaptação, conversão ou transformação em prol do esforço nacional direcionado ao conflito, sempre se considerando o novo cenário de sociedade em rede, afastando as ameaças da desnacionalização das empresas brasileiras.

É interessante notar que a Mobilização Nacional envolve muito mais do que apenas indústrias capacitadas e qualificadas; envolve também desenvolvimento e integração, além do entendimento político e popular de que nada será possível com imediatismos, mas sim com a adoção de uma diretriz ampla de envolvimento científico-tecnológico alinhada com uma grande pretensão internacional.

5 CONCLUSÃO

Como se verificou ao longo deste trabalho, depois de relegada a um papel secundário no plano estratégico nacional, a IDN começa a se reestruturar, pautando-se no desenvolvimento de tecnologias, seja por meios próprios de pesquisa, seja por meio de acordos de compensação em contratos com parcerias internacionais. Ao focar em competição interna e externa, será capaz de expandir sua produção, buscando o atendimento às necessidades militares e civis no emprego de tecnologia dual.

Constatou-se que a dependência tecnológica deve ser evitada ao máximo e o reaparelhamento das Forças Armadas deve ser buscado de forma profícua, possibilitando ao Brasil impôr-se no cenário internacional. Nesse contexto, em que uma nova forma de estabilidade social reorganiza o mundo, moldando agendas e estratégias com alianças e associações vantajosas entre os Estados, estes são ao mesmo tempo, parceiros e competidores, orbitando num eixo de cooperação e conflito, na conquista individual da alavancagem de seu potencial.

A contínua busca por uma posição de destaque dentre os atores mundiais poderá fortalecer a soberania e autodeterminação nacionais, fazendo com os documentos estratégicos elaborados recentemente ganhem vida; assim o Estado estará apto a vencer as novas barreiras e desafios gerados pela articulação informacional da sociedade em rede. Como alavancas catalizadoras de tal processo, vislumbraram-se os contratos de offset e parcerias internacionais, na medida em que poderão proporcionar saltos tecnológicos, viabilizando o derradeiro desenvolvimento nacional. Desse modo, o estabelecimento de parcerias incluídas no bloco de Estados do BRICS, em particular China e Rússia, componentes do CS, são fundamentais para garantir apoio de outros Estados no atingimento desse objetivo nacional.

Porém, para que tais saltos tecnológicos se efetivem, é de suma importância que investimentos internos em P,D&I sejam estimulados, de forma incontestável, no setor de Defesa. Assim, será possível evitar que tecnologias a serem transferidas, conforme acordado, não estejam ultrapassadas e camufladas de novas. Nesse conjunto, o potencial humano deve ser o fator relevante no desenvolvimento do conhecimento, transmutando-o assim em Poder Nacional, possibilitando a elevação da capacidade de Mobilização Nacional a patamares cada vez mais altos. Pela fomentação do desenvolvimento de P,D&I por brasileiros, os investimentos tecnológicos encontrarão menor depreciação. A Indústria de Defesa, desse modo tornar-se-á instrumento gerador de empregos e divisas, capacitando-se a aprestar e reorientar o Estado em rede na dissuasão das novas ameaças, conduzindo-o sempre ao aprimoramento por meio de um crescimento sustentável.

Especial atenção, no entanto, faz-se necessária neste cenário de sociedade em rede quanto a internalização de empresas estrangeiras, que deverão ser continuamente monitoradas e controladas por marcos regulatórios, para que o capital nacional mantenha-se majoritário e as riquezas aqui permaneçam, gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento capaz de distanciar a ameaça da desnacionalização das empresas brasileiras.

O envolvimento da população também se faz importante no atingimento dos ideais nacionais, para que sua “vontade” seja materializada pelo Estado. Assim, o suporte popular representará a garantia de fortalecimento e modernização das Forças Armadas, bem como do desenvolvimento da IDN, tornando-as prontas e plenamente mobilizáveis, em adequação aos demais setores industriais e suas infraestruturas, caso os interesses nacionais sejam ameaçados. O Planejamento da Mobilização Nacional torna-se, assim, elemento dissuasório, alavancado pela competitividade internacional gerada na sociedade em rede.

Em se pese o apelo popular pela paz, os cidadãos começam a diferenciar o preparo militar, como forma de dissuasão, do seu emprego, que então poderá ser evitado. Assim,

mostra-se mais atual do que nunca a Trindade surpreendente de Clausewitz no alinhamento do Povo, Governo e Forças Armadas, entrelaçados nos infinitos nós informacionais da densa teia formada pela sociedade em rede, em defesa das riquezas nacionais, da autodeterminação e da Soberania Nacional, definindo de forma significativa a capacidade dissuasória do Estado em rede.

Ao valer-se da democracia agregada pela sociedade em rede, será possível a construção contínua de um Poder Nacional que seja capaz de inserir o Estado em rede nos círculos internacionais de competitividade e influência, ainda durante a busca pela construção de um futuro de desenvolvimento que se vislumbra no horizonte brasileiro. Respalado por um Poder Militar eficiente e bem preparado para fazer valer os interesses nacionais em garantia do desenvolvimento social equilibrado e sustentável, o Brasil mostrar-se-á pronto a consolidar-se como um dos mais importantes e influentes atores no cenário mundial na densa teia da Era da Globalização e da Informação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Carlos Frederico Queiroz de. **Invasões Bárbaras**. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 29 dez. 2010. Opinião.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA – ABED. **Encontros Nacionais da ABED**. Disponível em <<http://www.abed-defesa.org/>>. Acesso em 27 jun. 2011

AMARANTE, José Albano do. Indústria Brasileira de Defesa: Uma questão de soberania e de autodeterminação. In: PINTO, J.R. de Almeida; ROCHA, A.J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da (Org). **As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do País**. Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, 3. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. p. 23-44.

BALANÇO DE ATIVIDADES 2008/2010. **Programas Mobilizadores em Áreas Estratégicas**. Brasília: Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, v. 4 2011. Disponível em: < http://www.pdp.gov.br/Relatrios/Mobilizadores_vers%C3%A3o%20final.pdf>. Acesso em 27 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 899/MD**, de 19 de julho de 2005. Aprova a Política Nacional da Indústria de Defesa. Brasília, DF, 19 jul. 2005. Publicada no Diário Oficial da União nº 138, de 20 jul. 2005a.

_____. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 764/MD**. Aprova a Política e as Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa. Brasília, DF, 27 dez. 2002.

_____. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 343/MD**. Aprova a Política de Mobilização Militar. Brasília, DF, 1 mar. 2011.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 5.484** de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional e dá outras providências. Brasília, DF, 30 jun. 2005b.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 6.703** de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Brasília, DF, 17 dez. 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.973** de 02 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF, 02 dez. 2004.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.631** de 27 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB. Brasília, DF, 27 dez. 2007.

CÂNDIDO, Jairo. Indústria Brasileira de Defesa: Uma Questão de Soberania e de Autodeterminação. In: PINTO, J.R. de Almeida; ROCHA, A.J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da (Org). **As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do País**. Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, 3. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. p. 57-79.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Tradução de Roneide Venancio Majer; atualização: Jussara Simões. v. 1, 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

_____. O Poder da Identidade. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

_____. Fim de Milênio. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venancio Majer. v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 1999c.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Tradução de Maria Tereza Ramos. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

COMUNICADO DO IPEA Nº 86: **Relações Comerciais e de Investimento Com os Demais Países do BRICS**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 13 de abril de 2011. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br> >. Acesso em: 07 mai. 2011.

COSTA, Darc. O Brasil Diante dos Desafios Internacionais de Segurança e Defesa. In: PINTO, J.R. de Almeida; ROCHA, A.J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da (Org). **O Brasil no Cenário Internacional de Segurança e Defesa**. Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, 2. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. p. 39-72.

CUNHA, Marcílio Boavista. O Verdadeiro Tamanho do Brasil. **Revista do Clube Naval**. Rio de Janeiro, n 356, p. 22-31, out./nov./dez. 2010.

DAGNINO, Renato. Sobre a Revitalização da Indústria de Defesa Brasileira. In: PINTO, J.R. de Almeida; ROCHA, A.J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da (Org). **As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do País**. Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, 3. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. p. 81-127.

DELLAGNEZZE, René. **200 Anos de Indústria de Defesa no Brasil**. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2008.

DELGADO, Paulo. Conceitos de Segurança e Defesa: Implicações para a Ação Externa e Interna do Governo. In: PINTO, J.R. de Almeida; ROCHA, A.J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da (Org). **Reflexões sobre defesa e segurança : uma estratégia para o Brasil**. Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, 2. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. p. 157-165.

DIÉGUES, Fernando Manoel Fontes. O Brasil e o Cenário Internacional: Uma Visão do Papel Estratégico das Forças Armadas. **Revista Marítima Brasileira** (Separata – 2005). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, p. 7-17, 2005.

ESCOLA DE GUERRA NAVAL - EGN. **Mobilização**. In: Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores, Escola de Guerra Naval, 2011.

FERNANDES, Luis Manuel Rebelo. **Ciência, Tecnologia, Inovação e Defesa Nacional**. In: VI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 2006, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007. p. 431-445.

FEROLLA, Sergio X. O Fomento da Indústria de Defesa como Fator de Preparo da Mobilização Nacional. **Revista da ABEM: Associação Brasileira de Engenharia Militar**. Rio de Janeiro, n. 98, p. 24-27, jul. 2007.

FERREIRA, Marcos José de Carvalho. **A Amazônia Azul como espaço econômico**. In: Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores, Escola de Guerra Naval, 2011.

FLORES, Mario Cesar. Defesa Nacional: Uma Visão Político-Estratégica. **Revista do Clube Naval**. Rio de Janeiro, n 358, n 356, p. 32-37, out./nov./dez. 2010.

_____. Estratégia Nacional de Defesa: Uma Breve Análise. **Revista do Clube Naval**. Rio de Janeiro, n 358, p. 16-20, abr./mai./jun. 2011.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para Normalização de Publicações Técnico – Científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p.

FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Tradução de Maria Goes. Lisboa: Gradiva, 1992.

GALANTE, Alexandre. Novas Escoltas para a Marinha do Brasil. **Trilogia de Defesa**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 34-39, abr./mai./jun. 2011.

GAMBÔA, Carlos Afonso Pierantoni. **A Indústria de Defesa e a Crise Mundial**. In: Curso de Gestão de Recursos de Defesa, 2009. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/defesa/pdf/cgerd2009/palestra%20cgerd.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2011.

GUIMARÃES, Arthur Oscar; IVO, Roman Coura. O Brasil e sua trajetória de aprendizado tecnológico passivo: O papel do offset em busca de um novo cenário. In: IVO, Roman Coura (Org). **Panorama da Prática do Offset no Brasil: Uma Visão da Negociação Internacional de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica**. Brasília: Projecto Editorial/Livraria Suspensa: 2004.

LEME, Felipe Picco Paes; RODRIGUES, Juliana Amaral. Iniciadas as obras do Estaleiro e da Base Naval de Submarinos. **Marinha em Revista**. Brasília, n. 03, p. 22-26, dez. 2010.

LIMA, Maria Regina Soares de. Brasil e os Polos Emergentes do Poder Mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul. In: BAUMANN, Renato (Org.). **O Brasil e os Demais BRICS: Comércio e Política**. Brasília: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010, p. 155 – 178.

MANUAL DE OSLO. **Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. 3 ed. Trad. Flávia Gouveia. Rio de Janeiro: FINEP, OCDE e Eurostat, 1997. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/imprensa/sala_imprensa/oslo2.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2011.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e Modernidade: A Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro: Blioteca do Exército Editora, 2002.

MINISTÉRIO DA DEFESA – MD. **VII Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional**. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/projetosweb/cadn/>>. Acesso em 27 jun. 2011.

NAKAHODOS, Sidney Nakao; JANK, Marcos Sawaya. **A Falácia da “Doença Holandesa” no Brasil**. Instituto do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE): Documento de Pesquisa. São Paulo, mar. 2006.

OLIVEIRA, Carlos Augusto Bastos. **Importância na Nacionalização no que diz respeito à Logística e à Mobilização Nacionais**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1989.

OLIVO, Luis Carlos Cancellier de. **Reglobalização do Estado e da Sociedade em Rede na Era do Acesso**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004. 224 p. Disponível em: <http://www.ccj.ufsc.br/~cancellier/bibliografia/livro_reglobalizacao.pdf>. Acesso em 27 jun. 2011.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PESCE, Eduardo Italo. Evolução da Política de Defesa Nacional: Perspectivas. **Revista Marítima Brasileira** (Separata – 2005). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, p. 43-47, 2005.

_____. A hora da Defesa Nacional. **Ideias em Destaque**. Rio de Janeiro, n. 29, p. 57-59, jan./abr. 2009.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História do Tempo Presente**. In: Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores, Escola de Guerra Naval, 2011.

VERÍSSIMO, Michelle Polline; SILVA, Cleomar Gomes da. **Uma Investigação sobre a Hipótese da Doença Holandesa nas Regiões Brasileiras**. IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB), Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2011/02.pdf>>. Acesso em 24 ago. 2011.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ZENTGRAF, Maria Christina. **Metodologia Científica**. Rio de Janeiro. COPPEAD/UFRJ, 2011. Apostila.